

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

A GLOBALIZAÇÃO E A (COM)VIVÊNCIA ENTRE-CULTURAS: TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DIVERSIDADE NO MEIO EDUCACIONAL

Luana Vitoriano-Gonçalves, Maria Cleci Venturini

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.8435>

Submetido em: 2024-04-13

Postado em: 2024-05-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

A GLOBALIZAÇÃO E A (COM)VIVÊNCIA ENTRE-CULTURAS: TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E DIVERSIDADE NO MEIO EDUCACIONAL

LUANA VITORIANO-GONÇALVES¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7922-8838>

[<ls.vitoriano@gmail.com>](mailto:ls.vitoriano@gmail.com)

MARIA CLECI VENTURINI²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5576-2745>

[<mariacleciventurini@gmail.com>](mailto:mariacleciventurini@gmail.com)

¹ UFPR. Maringá, Paraná (PR), Brasil.

² UNICENTRO. Guarapuava, Paraná (PR), Brasil.

RESUMO: O objetivo delimitado para a presente pesquisa é o de estabelecer os motivos pelos quais o dispositivo Tecnologia e inovação pode vir a alterar os modos como os alunos e os professores empregam o digital no contexto escolar. Para tanto, faz-se necessário traçar as relações entre a globalização e a (com)vivência entre as culturas e refletir sobre os modos como a economia agencia o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação. Nesta conjuntura, tornam-se relevantes as perspectivas teóricas de Foucault (2006; 2012a; 2012b), Bauman (1999), Pieroni; Fermino; Caliman (2014), Canclini (1999; 1997) e Belloni (2009). Os resultados da investigação ressaltam que a educação inovadora precisa ser: capaz de criar condições de emergência para a reflexão crítica; espaço para a (co)existência de sujeitos e de diversidade, e viabilizar condições de possibilidades para utilização do digital como meio para novas formas de ver, de pensar e de estar no mundo.

Palavras-chave: Discurso, tecnologia, inovação, contexto educacional.

GLOBALIZATION AND INTER-CULTURAL (CO)EXISTENCE: TECHNOLOGY, INNOVATION, AND DIVERSITY IN THE EDUCATIONAL ENVIRONMENT

ABSTRACT: The delimited objective of this research is to establish the reasons why the Technology and Innovation device may alter the ways in which students and teachers employ the digital in the school context. Therefore, it is necessary to establish the relationships between globalization and the (co)existence among cultures and to reflect on how the economy manages the development of new information and communication technologies. In this context, the theoretical perspectives of Foucault (2006; 2012a; 2012b), Bauman (1999), Pieroni; Fermino; Caliman (2014), Canclini (1999; 1997), and Belloni (2009) become relevant. The results of the investigation highlight that innovative education needs to be capable of creating conditions of emergence for critical reflection as well as a space for the (co)existence of subjects and diversity. It also needs to enable conditions of possibility for the use of the digital as a means for new ways of seeing, thinking, and existing in the world.

Keywords: Discourse, technology, innovation, educational context.

LA GLOBALIZACIÓN Y LA (CO)EXISTENCIA INTERCULTURAL: TECNOLOGÍA, INNOVACIÓN Y DIVERSIDAD EN EL ÁMBITO EDUCATIVO.

RESUMEN: El objetivo delimitado para la presente investigación es establecer los motivos por los cuales el dispositivo Tecnología e Innovación puede llegar a alterar los modos en que los alumnos y los profesores emplean lo digital en el contexto escolar. Para ello, resulta necesario trazar las relaciones entre la globalización y la (co)existencia entre las culturas y reflexionar sobre los modos en que la economía impulsa el desarrollo de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación. En esta coyuntura, cobran relevancia las perspectivas teóricas de Foucault (2006; 2012a; 2012b), Bauman (1999), Pieroni; Fermino; Caliman (2014), Canclini (1999; 1997) y Belloni (2009). Los resultados de la investigación destacan que la educación innovadora necesita ser capaz de crear condiciones para la emergencia de la reflexión crítica; ser un espacio para la (co)existencia de sujetos y diversidad, y viabilizar condiciones de posibilidades para la utilización de lo digital como medio para nuevas formas de ver, pensar y estar en el mundo.

Palabras clave: Discurso, tecnología, innovación, contexto educativo.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa, contemplamos algumas questões teóricas sobre as noções de tecnologia e inovação, detendo-nos, especialmente, sobre o termo “inovação”. Vale destacar que, nesta investigação, consideramos, o dispositivo “Tecnologia e Inovação”, como “uma categoria de análise constituída por uma rede de elementos heterogêneos – discursos, instituições, leis, enunciados científicos, proposições filosóficas” (Silva, 2016, p. 34). Nesses termos, o objetivo delimitado para o presente texto é: estabelecer os motivos pelos quais o dispositivo Tecnologia e inovação pode vir a alterar os modos como os alunos e professores empregam o digital no contexto escolar.

Para aprofundar nossas reflexões sobre as tecnologias e a inovação, consideramos a necessidade de transitar pela noção de globalização, tendo em vista que é pelo movimento da globalização que se institui uma nova ordem das interrelações culturais, na difusão das informações e pelos/dos meios de comunicação. Desse modo, essa noção é relevante para que discutamos sobre os processos de transculturalidade, que nos permitem pensar nas condições de possibilidades de aprendizagem entre as culturas, entendendo que o crescimento e o desenvolvimento cultural e social podem florescer por meio da capacidade de expandir os saberes para além da “cultura de pertença” (Pieroni; Fermino; Caliman, 2014, p.144).

A globalização altera os regimes de verdade da época pós-moderna e abre portas para a “passagem por outros mundos e modos de conhecimento, criando a possibilidade de modificar o próprio horizonte cultural, pela pesquisa de um novo modo de colocar-se diante da realidade” (Pieroni; Fermino; Caliman, 2014, p.144). Por meio das tecnologias, a globalização permite a mobilidade daquilo que é local, proporcionando o acesso dos sujeitos às TICs com vistas a vislumbrar iniciativas para a democratização da educação e do ensino. Mesmo as comunidades locais, sem condições socioeconômicas de mobilidade global, têm acesso a novos saberes, técnicas e práticas.

As TIC são o resultado da fusão de três grandes vertentes teóricas: a informática, as telecomunicações e as mídias eletrônicas. As possibilidades são infinitas e inexploradas, e vão desde as “casas ou automóveis inteligentes” até os androides reais ou virtuais para finalidades diversas, incluindo toda a diversidade dos jogos on-line (Belloni, 2009, p.20).

O acesso às TICs e aos saberes que elas podem gerar, veicular e construir viabilizam a mobilidade, ou seja, o trânsito por novas práticas sociais, discursivas e de letramento. Nesse sentido, a capacidade de mover-se não se configura apenas como a possibilidade de viajar entre estados e países, mas em buscar e/ou proporcionar uma vida e um futuro melhor para si e para os outros, percebendo as diferenças culturais como constituintes do próprio processo nacional e mundial de desenvolvimento humano e de cidadania. Além do acesso às tecnologias e à rede, também, são necessários treinamentos de professores para o manuseio e compreensão das TICs e desenvolvimento de novas práticas discursivas que incluam uma utilização eficaz das tecnologias na construção de novos saberes.

Nos tópicos a seguir visamos, pois, traçar as relações entre a globalização e a (com)vivência entre culturas e refletir sobre os modos como a economia agencia o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação. Para tanto, as perspectivas teóricas de Foucault (2006; 2012a; 2012b), Bauman (1999), Pieroni; Fermino; Caliman (2014), Canclini (1999; 1997) e Belloni (2009) tornam-se imprescindíveis para a discussão dos conceitos e reflexões apresentadas.

GLOBALIZAÇÃO E CULTURAS: PROCESSOS DE TRANSCULTURALIDADE

Algumas bases fundamentam a globalização, dentre elas podemos mencionar os processos de internacionalização e de transnacionalização, o primeiro tem início com as grandes navegações do século XVI e o segundo é difundido a partir das grandes empresas que não apresentam apenas uma nação como sede empreendedora. Esses processos estabelecem uma relação de dependência de troca de produtos entre países e culturas e cooperaram para a desterritorialização monetária (Canclini, 1999). Outra base indutora para o movimento da globalização é a tecnologia. As TICs fomentam a comunicação e a distribuição de informação entre as nações e “encurtam” as distâncias espaciais.

Tal “encurtamento” remodela a interrelação global-local e local-local e gera as (i)mobilidades. A partir do movimento “global” é possível conhecer, fisicamente, novas nações, culturas e territórios, e por meio daquilo que é “local” os sujeitos permanecem fixos em sua unidade cultural e territorial. Contudo, com as novas tecnologias, mesmo quem é local, ou seja, quem se mantém fixo territorialmente pode vir a tornar-se global, em nível virtual, e com isso: construir novos saberes; aprender a respeitar as diferenças culturais; expandir seus conhecimentos.

Nesse sentido, cultura e identidade são processos, pois estão “em formação”, não são dados definitivos, mas em permanente adaptabilidade (...) Portanto, não são as culturas que se encontram, mas o fenômeno é dado por “pessoas” que, encontrando-se, veiculam as culturas de pertença” (Pieroni; Fermino; Caliman, 2014, p. 151), já que “estamos em movimento mesmo que fisicamente estejamos imóveis: a imobilidade não é uma opção realista em um mundo de permanente mudança” (Bauman, 1999, p.8). Compreendemos, assim, que as culturas gerenciam as informações e características das populações buscando estabelecer uma ordem e gerar significados. Essa ordem se (re)faz diante das (re)construções identitárias, adaptando-se às diferenças clarificadas pelo encontro do global e do local, mesmo que somente por meio das tecnologias.

São notórias as particularidades referentes à aderência do movimento de globalização em comunidades étnicas e pluralidades culturais. A integração com os meios de comunicação, tecnologias e informações foram sendo promovidas de forma compassada, na medida em que os novos aparelhos e produtos tecnológicos são inseridos em grupos étnicos e multiculturais, instaurando o apagamento de tradições e costumes preexistentes, vindo a ser uma preocupação para estas populações. Para evitar tal invisibilização à integração pluricultural é necessário que sejam realizadas “reformas constitucionais e políticas que garantam os direitos dos diversos grupos nas atuais condições de globalização, [que] promovam a compreensão e o respeito das diferenças na educação e nas interações tradicionais” (Canclini, 1999, p.239), ou seja, a globalização precisa funcionar como um processo de transculturalidade.

Pelo conceito de transculturalidade compreendemos

O processo de socialização primária, típico da primeira educação que é dada em família, hoje deve prestar atenção à presença de uma multiplicidade de modelos e estilos de vida propostos não somente pela experiência diferente de uma sociedade multicultural, mas também pelo grupo dos pares e pela experiência midiática/virtual proposta pelas cada vez mais (pre)potentes tecnologias informáticas (Pieroni; Fermino; Caliman, 2014, p.147).

Para tanto, é necessário que os órgãos públicos desenvolvam programas que objetivem facilitar a distribuição da informação, da comunicação e das tecnologias em geral e viabilizem a integração igualitária às nações ditas “modernas” (Canclini, 1999). As populações étnicas podem então, passar a perceber tal integração ao movimento global como uma possibilidade de conquistar autonomia cultural, política e social, como também inclusão ao desenvolvimento moderno (Canclini, 1999).

Embora alguns grupos étnicos defendam sua potencialidade como nação, por organizarem-se de forma específica, no que diz respeito às relações política, social, cultural e linguística, salientamos que uma nação se constitui enquanto nação justamente por sua capacidade de abarcar a multiculturalidade. Uma nação consolida-se, pois, na formação de diversas culturas ou divergentes aspectos culturais remontados virtualmente pelos movimentos tecnológicos. Sendo assim,

Dentro de cada nação, só se pode esperar um desenvolvimento multicultural democrático caso se estabeleçam condições favoráveis para a expansão de rádios e televisões regionais, de grupos étnicos e minorias, ou, ao menos, de tempos de programação em que diferentes culturas possam se expressar, sujeitando-se mais ao interesse público coletivo do que à rentabilidade comercial (Canclini, 1999, p. 227).

O acesso à expressão dos diferentes grupos étnicos e demais populações e às formas de pensar de divergentes “culturas de pertença” (aquela na qual o sujeito nasceu submerso) produz uma “mobilidade mental”, na qual está baseada a educação transcultural, que significa o intercâmbio de conhecimento entre as culturas de pertença “criando a possibilidade de modificar o próprio horizonte cultural, pela pesquisa de um novo modo de colocar-se diante da realidade” (Pieroni; Fermino; Caliman, 2014, p. 144).

Nesse sentido, a globalização cria condições de existência para os processos de transculturalidade, na qual se descortina o diálogo intercultural “pondo em jogo as potencialidades de cada um, em favor dos direitos humanos, da cultura da paz e da reciprocidade” (Pieroni; Fermino; Caliman, 2014, p. 147). Nessa perspectiva sobre a transculturalidade, defende-se a emergência de uma “cidadania inclusiva” que desvela a “dinâmica evolutiva das identidades” (Pieroni; Fermino; Caliman, 2014, p. 147), isto é, a capacidade de amadurecimento das culturas e etnias a partir do encontro e do diálogo produtivo entre outras culturas, etnias, nações, identidades e seus respectivos conhecimentos, seja por meio das tecnologias ou do movimento global-local.

Nesse cenário, é possível destacar que as identidades e culturas podem vir a alterar-se, de acordo com as relações de saber e poder que constituem as sociedades. Ao introduzir novos conhecimentos nas rotinas e experiências de vida, o que se deve pretender com a “troca de ideias” não é o apagamento, o silenciamento ou a invisibilização dos conhecimentos e saberes das diversas culturas e etnias, mas sim a integração desses novos saberes e práticas na construção de um intercâmbio cultural.

As políticas culturais de cada país e os intercâmbios com os demais continuam sendo traçados como se a globalização econômica e as inovações tecnológicas não estivessem atuando, reorganizando as identidades, as crenças, as formas de pensar aquilo que é próprio e os vínculos com os outros (Canclini, 1999, p. 227).

Desta maneira, é equivocado pensar que esses movimentos promovidos pela globalização mantêm “intactas” as culturas e as identidades étnicas. O contato virtual ou real com outras formas de saber e ver o mundo amplia os horizontes culturais. O panorama que se planeja e se espera a partir de um entrelaçamento entre globalização e processos de transculturalidade, é a capacidade de observar a globalização como um agente transformador em prol da cidadania, da inclusão, do desenvolvimento e do crescimento social, e, assim, vislumbrar “um mundo no qual as “diferenças” convivam uma ao lado da outra, contanto que se consinta a cada um existir e conservar-se como tal, ao custo de se aprender a dialogar” (Pieroni; Fermino; Caliman, 2014, p.149).

GLOBALIZAÇÃO, TECNOLOGIAS E ECONOMIA: A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO-TEMPO

A globalização (re)constrói os regimes de verdade – dadas as condições de emergência dos processos mundiais de internacionalização e transnacionalização – e as relações de saber e poder – dadas as condições de coexistência dos diversos povos e culturas – da sociedade contemporânea, bem como, reestabelece, em conjunto com as novas tecnologias, a construção de um novo espaço-tempo.

Isso porque globalização e tecnologias são noções conectadas que constroem novas perspectivas de vida e de vivenciar as culturas rompendo as barreiras do espaço-tempo para o intercâmbio e a integração intercultural. Nesse sentido, “as culturas não são mais consideradas formas rígidas, saturadas, mas produtos da metamorfose dos processos de intercâmbio e de contaminação recíproca que se realiza entre histórias e culturas diferentes” (Pieron; Fermino; Caliman, 2014, p. 72).

Os novos regimes de saber promovidos pela globalização visam, a princípio, a uma reformulação nos campos da produção e dos lucros sedimentando novas formas de estratificação social e, com isso, novas relações de poder. “Com a inserção das tecnologias da informação, outro modelo flexível de produção surge no cenário econômico” (Rocha, 2016, p. 51). Desta forma, podemos vislumbrar condições de emergência para uma economia mundial que gira entorno das TICs, de modo que “o processamento da informação é focalizado na melhoria da tecnologia do processamento da informação como fonte de produtividade” (Castells, 2000, p. 52-53).

Os saberes transformam-se em recursos, ou melhor, em bens de consumo que viabilizam o exercício do poder àqueles que possuem acesso às novas formas de distribuição do conhecimento. Contudo,

A globalização deu mais oportunidades aos extremamente ricos de ganhar dinheiro mais rápido. Esses indivíduos utilizam a mais recente tecnologia para movimentar largas somas de dinheiro mundo afora com extrema rapidez e especular com eficiência cada vez maior. Infelizmente a tecnologia não causa impacto nas vidas dos pobres do mundo. De fato, a globalização é um paradoxo: é muito benéfica para muito poucos, mas deixa de fora ou marginaliza dois terços da população mundial (apud Bauman, 1999, p. 79).

O informacionalismo está interligado ao desenvolvimento tecnológico para acúmulo e dispersão do conhecimento, visando ao aumento da produtividade e da lucratividade (Rocha, 2016), ao invés de objetivar a inclusão e melhores condições para distribuição de informação populacional.

Em sua emergência, assumindo como pilares o sistema lucro-produção-lucro e guiadas pela racionalidade política do neoliberalismo, as novas tecnologias beneficiavam àqueles que possuíam capital para consumi-las, sendo conduzidas por e para as grandes empresas. A partir da década de 1970 houve uma grande expansão das invenções nesse campo de saber e os valores para aquisição de bens tecnológicos diminuíram cada vez mais, mesmo assim, a acessibilidade não atendia às demandas populacionais de baixa renda.

Diante do panorama de desenvolvimento tecnológico das grandes potências mundiais, a realidade brasileira, ainda nos dias de hoje, apresenta progressos que se solidificam apenas na instância da Lei.

O avanço tecnológico tende a aprofundar as desigualdades tanto entre as nações como entre as classes sociais (...). No campo da informática, a desigualdade é ainda maior e o papel da escola é decisivo: enquanto as escolas particulares investem na informatização, colocando à disposição dos alunos aparelhos sofisticados e exigindo dos professores que se preparem, na escola pública isto é considerado um luxo (Belloni, 2009, p.89-90).

Os formatos da sociedade e da economia mundial, com a internacionalização e globalização, baseiam-se na constituição de empresas e “esta multiplicação da forma ‘empresa’ no interior do corpo social constitui – acredita Foucault – o desafio da política neoliberal” (Farhi-Neto, 2010, p. 174). A partir da forma ‘empresa’, submersa no corpo social, o Estado engatilha boa parte do desenvolvimento tecnológico para crianças e jovens, incentivando a parceria com as empresas privadas, que, por sua vez, adotam projetos para a distribuição de saberes técnicos e tecnológicos para a rede de ensino pública.

A inclusão digital é

em primeira instância de responsabilidade do Estado cujas diretrizes são pautadas nos direitos e deveres individuais e coletivos em que todos são iguais perante a lei, previstos no Art. 5º da CRF, e em seu inciso XIV dita que é assegurado a todos acesso à informação (...), no inciso XXXIII todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei (Tono, *online*, p. 5).

Além disso,

O Estado, mesmo tendo sua atuação afetada pela globalização, ainda conserva poder para atuar no combate às desigualdades sociais. Para isso, pode lançar mão, inclusive, da progressividade tributária, de modo a arrecadar mais de quem ganha mais e distribuir para os que mais necessitam. Em suma, não faltam para o Estado os instrumentos de intervenção social e de mensuração das desigualdades (Azevedo, 2013, p.144).

Contudo, como tentativa de abranger maiores resultados frente à acessibilidade tecnológica, o governo transfere parte de sua responsabilidade de incluir e de assegurar acesso à informação às grandes empresas, para isso faz acordos para isenção ou redução de impostos, cede espaços públicos, realiza parcerias etc. Deste modo, como fonte motivadora, as empresas fundamentam suas ações de desenvolvimento tecnológico nos pilares da lucratividade e da expansão de seu poder econômico, e não na matriz inclusão-inovação-educação.

Investir na inclusão digital passa a ser um tópico vantajoso, economicamente, para a(s) empresa(s), visto que: a) o investimento tende a ser menor do que o valor dos impostos, pelos quais ficarão isentas (ou reduzidas); b) sua identidade será “remodelada”, pois conectarão suas marcas às ações sociais-tecnológicas criando condições de possibilidades para ter visibilidade enquanto “empresas solidárias”.

A relação Estado-empresa e as ações governamentais em prol do desenvolvimento tecnológico visa “entre outras coisas, tornar o mundo habitado receptivo à administração supracomunitária, estatal; e essa tarefa requeria, como condição necessária, tornar o mundo transparente e legível para os poderes administrativos” (Bauman, 1999, p.40). Não é à toa que Ministérios, Leis, Projetos de Leis e diversos programas são desenvolvidos no campo da inclusão digital, e, também, não é por acaso que, atualmente, temos acesso aos objetivos de todas essas ações, já que a “transparência” cria o efeito de legitimidade, de aplicação e de execução. A fim de perceber esses efeitos, apresentamos alguns dos atos criados em prol dos campos de saberes tecnológicos nas últimas décadas, no Brasil:

Tabela 1 - Atos em prol de campos de saberes tecnológicos no Brasil

| INICIATIVA | TIPIFICAÇÃO |
|---|---|
| Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) | Portaria nº 522/MEC, de 9 de abril de 1997. |
| Lei de Informática - Governo Federal em parceria com empresas privadas. | Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, regulamentada pelo Decreto nº 5.906 de 26 de setembro de 2006. |
| Projeto TV Pendrive - Manual da TV Pendrive, Governo do Paraná. | Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), 2007. |
| Lei do Bem - Governo Federal em parceria com empresas privadas. | Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.798, de 7 de junho de 2006. |
| Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) - Governo Federal. Secretaria de Telecomunicações. | Decreto n.º 7.175/2010. |
| Ministério das Comunicações (MC) – Governo Federal. | Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, sancionado pelo então presidente Castello Branco. Sua área de competência foi estabelecida pelo Decreto nº 7.462, de 19 de abril de 2011. |
| Inclusão, diversificação e desenvolvimento - Governo Federal. | Programa Nacional, 2012. |
| Brasil Mais TI + Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologias da Informação (TI Maior) - Governo Federal. | Integra Programa Estratégico de Software e Serviços de Tecnologias da Informação (TI Maior), 2015. |
| Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) – Governo Federal. | A área de competência do MCTIC está estabelecida pelo Decreto nº 8.877, como órgão da administração federal direta, 2016. |
| Departamento de Políticas e Tecnologias Educacionais – DPTE - Governo Federal. | Departamento vinculado à SUED, 2018. |
| Programa Computadores para Inclusão - Governo Federal. | Lei 14.479/2022, Ministério das Comunicações (MCom). |

| | |
|---|---|
| Estratégia Nacional de Escolas Conectadas – Enec – Governo Federal. | Inciso VI do caput do art. 2º da Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. |
| Política Nacional de Educação Digital (PNED) – Governo Federal. | Lei 14.533, de 11 de janeiro de 2023 |

Fonte: Governo Federal (2024).

A criação de todas essas ações (e muitas outras) revela uma preocupação com a inclusão digital, com o desenvolvimento tecnológico, com a formação de profissionais habilitados para trabalhar na/com a área das tecnologias e inovação, e com a expansão dos movimentos gerados pela globalização para o campo da educação. Na contramão desse progresso e dos regimes de ver e de dizer as relações entre saber e economia, o país sofreu, principalmente de 2016 até meados de 2022, com a emergência de discursos e práticas que surgiram para estagnar os avanços nas áreas da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), dentre eles podemos destacar os cortes do governo em repasses de verbas públicas que fomentavam a manutenção e o progresso das áreas de CT&I, tais cortes

podem prejudicar não só o presente, mas o futuro do país, impactando negativamente na retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento social, concluiu audiência realizada ontem na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Para o presidente da Finep, Marcos de Albuquerque, o Brasil precisa de uma política de Estado estável e permanente de financiamento de pesquisas e de capacitação de cientistas: — Estamos falhando miseravelmente na inovação, que é a transformação do conhecimento em valor. Ciência, tecnologia e inovação têm de estar no centro da política de desenvolvimento nacional (Senado, *online*, 2024).

O saber está conectado ao mundo globalizado como fonte de capital, “A economia – o capital, que significa dinheiro e outros recursos necessários para fazer as coisas, para fazer mais dinheiro e mais coisas – move-se rápido” (Foucault, 2006, p.63). Em face disto, “as sociedades contemporâneas já estão a exigir um novo tipo de indivíduo dotado de competências técnicas múltiplas, habilidade no trabalho em equipe, capacidade de aprender e de adaptar-se a situações novas” (Belloni, 2009, p.22). De tal modo, a estagnação no investimento governamental nas áreas de CT&I representou, para o país, descaso, retrocesso e lentidão na (qualidade da) formação de novos profissionais no desenvolvimento de novas técnicas e tecnologias, e, conseqüentemente, na valorização do conhecimento brasileiro para o mercado nacional e internacional.

Davidovich (2018) afirma que o orçamento enfraquecido acarreta a paralisação de pesquisas, fechamento de laboratórios, atraso em bolsas de estudos concedidas aos pesquisadores e ameaça o protagonismo internacional brasileiro conquistado pela Ciência brasileira. Davidovich (2018, p.8) também esclarece que “vivemos em uma sociedade do conhecimento, na qual o protagonismo internacional e o bem-estar da população dependem da capacidade de inovação baseada no avanço científico”.

Percebemos, portanto, que a partir do neoliberalismo e seu regime de verdade sustentado pela máxima lucro-produção-lucro, o acesso ao capital viabiliza o acesso à produção e à criação de novos saberes, assim, quanto maior o poder aquisitivo, maior é também o desenvolvimento em todos os campos de saber. Com a globalização, as diversas culturas, que possuem acesso às TICs, potencializam seu intercâmbio com diversas nações e etnias, possibilitando a permuta de saberes, ou mesmo – e apenas – a assimilação de novos conhecimentos.

Globalização, culturas e economia entrelaçam-se na construção de um novo espaço-tempo comprimido nas relações de poder, expandido nos novos modos de construção do saber. As novas tecnologias modelam uma força capaz de segregar ou agregar as e às culturas, e o que vai determinar essas ações, de uma forma ou de outra, são as forças de ação dos poderes econômicos.

Por meio do poder econômico há uma monetização da aprendizagem que norteia a compreensão e a formulação de TICs. Essa monetização que gera e faz girar a valoração do saber cria “uma espécie de pressão e como que um poder de coerção” (Foucault, 2012, p.17), e, ainda, uma dicotomia entre os que têm e os que não têm poder econômico e/ou condições de acesso ao saber das/via TICs, os que podem ser globais mesmo que em uma esfera local, e os que nem isso alcançam

(distinções que foram enfatizadas no período da pandemia do coronavírus). Tudo isso dificulta e afasta a possibilidade de alcançar a desmonetização e a democratização que a tecnologia é capaz de proporcionar.

Estes dois últimos aspectos estão vinculados ao crescimento das tecnologias, que Diamandis (2018) caracteriza como os 6Ds da Tecnologia exponencial, esse conceito nos auxilia na compreensão das relações econômicas e tecnológicas e os modos como o cerceamento e a limitação proporcionados pela guerra silenciosa da falta de capital poderiam ser superados. Para Diamandis (2018), a tecnologia exponencial considera o constante aumento percentual de utilização das novas tecnologias por determinados períodos de tempo, defende, assim, os 6Ds que compõem esse regime de olhar sobre a tecnologia: Digitalização, Decepção, Disrupção, Desmonetização, Desmaterialização e Democratização.

Esse processo constitui as transformações do real para o virtual, sua capacidade de reconstruir as dimensões de espaço e tempo, de popularizar e valorizar os métodos de ensino, de aprendizagem e de socialização dos saberes por meios tecnológicos. Contudo, para que os efeitos da tecnologia exponencial pudessem ser visibilizados, primeiramente, os regimes governamentais precisariam investir nos projetos dos campos de CT&I ao invés de cortar verbas nesse setor, tal qual tem se configurado o panorama político, econômico e social brasileiro. Além disso, a promoção da igualdade e da equidade precisaria ser o foco da inserção das tecnologias na educação.

Se a igualdade de acesso às TICs no ensino público segue debilitada e fragilizada em muitos cantos do país desde o ensino infantil até o ensino superior, o que diríamos das condições de possibilidade para a emergência da equidade no desenvolvimento tecnológico no ensino público?

IGUALDADE E EQUIDADE NO PROCESSO EDUCACIONAL E NO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Em conformidade com Azevedo (2013, p.131), ponderamos que “igualdade e equidade constituem valores essenciais para a construção de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social e da solidariedade”. Ao atentarmos para o panorama jurídico, político, econômico, e, principalmente, educacional brasileiro é possível constatar que, nas instâncias das normas e das leis, há um “direito igual” para todos, porém é um equívoco tratar “igualmente os desiguais, pois, assim, a desigualdade é perpetuada. Para se promover a igualdade entre desiguais, estes devem ser tratados positivamente (com mais cuidado, atenção e recursos) de modo que sejam promovidos ao patamar de igualdade” (Azevedo, 2013, p. 138).

É importante que, tanto as pesquisas científicas, as escolas e os professores, quanto as políticas públicas considerem os abalos que a discussão sobre as especificidades entre as noções de igualdade e equidade provocam nos regimes de ver, de dizer e de (re) fazer o processo educacional multicultural. Diante das reflexões expostas até o presente momento, pudemos perceber que as relações de saber e de poder que dizem respeito ao desenvolvimento tecnológico e educacional são, em boa parte, regidas pelas ações governamentais, que, por sua vez, visam promover, via normalização e legitimação de projetos, um tratamento igualitário entre a população nas razões de suas diferenças, discutindo e fazendo parcerias com empresas privadas, por exemplo, para garantir que os estudantes tenham acesso às novas tecnologias.

No entanto,

Se todos são tratados igualmente pelo Estado (direito igual), a desigualdade permanece. Caso o “direito igual” prevaleça, os que, por contingências sociais, culturais e econômicas, tiverem menos oportunidades de estudos e de aquisição de conhecimento, continuarão a receber desigualmente conteúdos e capital cultural, internalizando menos dispositivos (habitus) relacionados à ciência e ao saber. Dessa forma, se a escola (ação educacional de Estado) for indiferente às diferenças e tratar igualmente os desiguais, o status quo de desigualdade e iniquidade não será posto em questão (Azevedo, 2013, p. 140).

Sendo assim, devemos distinguir as noções de igualdade e equidade para compreendermos de que modo a construção de saberes por meio do digital podem criar condições para ir além das fronteiras da igualdade. Em primeiro lugar, e de forma sucinta, após vislumbrarmos as reflexões sobre as normas e leis propostas pelas ações governamentais em virtude do desenvolvimento tecnológico, é

coerente afirmar que o governo parte do conceito de educação igualitária para proporcionar o acesso às novas tecnologias aos estudantes do ensino público, isto é, busca oferecer máquinas e rede para que professores e alunos conheçam e façam uso.

Em contrapartida, a noção de equidade, que até então tem sido um “sonho” para muitos brasileiros, também visa ao oferecimento de máquinas e redes, mas, além disso, almeja a possibilidade de treinamentos e de novas técnicas para que professores e coordenadores pedagógicos possam compreender os modos como tais tecnologias podem ser úteis para a construção de novos saberes e a partir disso agir na mediação da inclusão digital com seus alunos no processo educativo.

Nesse sentido, para subir um degrau em busca da justiça social-educacional e de um desenvolvimento tecnológico de qualidade desde o ensino infantil, as bases das políticas-públicas precisariam ser, de fato, reformuladas a fim de colocar em prática treinamentos e formações intensivas para que professores, de todas as disciplinas, aprendessem a mediar o ensino e a aprendizagem das novas tecnologias da informação e da comunicação.

A CONSTRUÇÃO DE SABERES E SUAS POSSIBILIDADES DE INOVAÇÃO: MOLDANDO O DISPOSITIVO TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Educar significa realizar a reciprocidade de uma relação dentro dos “conhecimentos” existentes nas dinâmicas culturais. O seu “conteúdo” está nos princípios de igualdade, justiça, dignidade, paz, liberdade, realizados através da pesquisa, indo à descoberta dos “outros”, da individualização das injustiças, das discriminações e das desigualdades (Pieroni; Fermino; Caliman, 2014, p.155).

Após ter trazido reflexões e discussões sobre globalização, tecnologias, culturas, economia e (des)igualdades, para fechar esta investigação, pontuamos algumas questões para discutirmos o dispositivo da tecnologia e inovação no contexto educacional e na convivência entre-culturas: O investimento no uso das novas tecnologias configura-se como forma de inovação no processo educativo? A construção de saberes por meio do digital pode minimizar as desigualdades tecnológicas, educacionais e sociais? Como o movimento da globalização cria condições de emergência para o dispositivo da tecnologia e da inovação?

Conforme Rocha (2016), a revolução dos campos de saber da tecnologia e da informação, a partir de 1970, promove a emergência do termo “inovação”. Em sua essência, este conceito é regido pelo mercado neoliberal e pela máxima da lucratividade e da produtividade. Nos anos 2000, a ideia de “inovação” é implantada com força no campo educacional brasileiro, e a ordem do discurso vigente com a globalização e com as condutas neoliberais governa, também, a inserção das TICs na educação, de modo que

A entrada das TIC nas escolas ocorreu sobretudo como resultado da pressão do mercado, estando a instituição escolar em franca defasagem com relação às demandas sociais e à cultura das gerações mais jovens. Esta situação faz da escola um campo privilegiado de observação. A defasagem da cultura escolar (inclusive esta “cultura acadêmica” encastelada nas universidades) com relação aos jovens que ela deve educar é gritante, e diz respeito às questões éticas (conteúdos, mensagens) quanto aos aspectos estéticos (imagens, linguagens, modo de percepção, pensamento e expressão). Esta defasagem torna ainda mais claro o impacto das TIC na cultura jovem (Belloni, 2009, p.18).

A base da inovação é a capacidade de produzir novas formas de processar informações para fortalecer o capital financeiro e humano, nesse sentido “o sujeito é seu próprio capital, seu produtor e fonte de sua renda, pois comporta um capital à medida que ele porta a competência – ele é uma máquina – que interessa a produção e passa a ser remunerada por ela” (Rocha, 2016, p. 49). No mundo globalizado, a inovação é considerada a partir do regime de olhar neoliberalista, em que “o princípio de integração da população em sua unidade parte da generalização da atividade econômica, da forma empresa, sobre todo o corpo social [...] governar a população é fazer com que todo fenômeno social seja também uma atividade econômica” (Farhi-Neto, 2010, p. 178).

A inovação tem suas raízes plantadas nas relações do poder econômico e quando deslocada para outro campo de saber camufla seus princípios originários interligados ao lucro e à produção. A

inovação em sala de aula, tal qual tem se delineado no processo educacional da/na contemporaneidade, assume como ponto de partida a racionalidade econômica e busca com a força propulsora das TICs tornar o “processo de ensino e aprendizagem mais produtivo e eficiente, produzindo sujeitos cujas competências sejam economicamente úteis e força de arranque para nutrir a competitividade mercadológica” (Rocha, 2016, p. 218). Nessa perspectiva,

tudo vai melhor quando funciona economicamente, quando é dirigido por uma racionalidade econômica, segundo a lógica do mercado. Portanto, para que não haja diferença entre população e governo, para que na população não haja o ingovernável, não deve haver diferença entre sociedade e mercado, tudo deve se tornar mercado (Farhi-Neto, 2010, p. 182).

Sob essa racionalidade econômica, na contemporaneidade, redimensionar a inovação para que outro campo de saber, no caso o educacional, possa absorver a potencialidade de um discurso inovador, para a construção de outras verdades e outros cenários educativos, não basta inserir instrumentos e rede mantendo fixo o olhar e a discursividade em práticas que remontam modelos do passado para ensinar o conteúdo e para docilizar os sujeitos. Contudo, a ordem do discurso que norteia o uso da tecnologia e a constituição de práticas inovadoras, em diversas práticas pedagógicas escolares da atualidade, é, pois, sustentado por políticas educacionais que visam a promoção da igualdade de acessibilidade às ferramentas tecnológicas

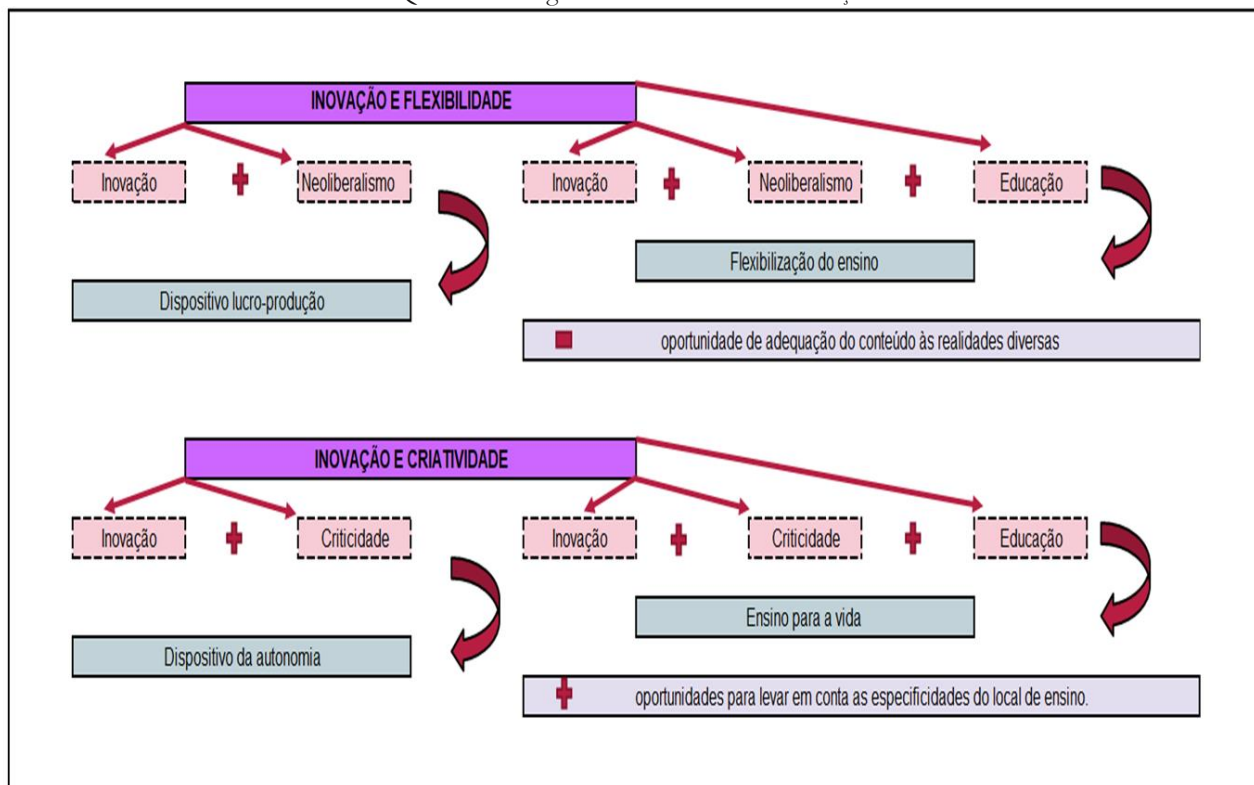
Portanto, conjecturamos que, além da ordem citada, uma prática discursiva que propõe como uma de suas tônicas o letramento digital, para ser considerada inovadora, precisa edificar a possibilidade de equalizar as construções de saberes, as relações de poder e o contexto de diversidade. Em outras palavras: considerar as especificidades e singularidades dos alunos, a fim de não massificar os métodos, as técnicas e as tecnologias, e, ainda, inserir o aluno em um rol de práticas (sociais, discursivas, de letramentos) até então desconhecidas.

Os conteúdos lecionados em salas de aula podem ter como base o mesmo material didático, para embasar e sustentar o ensino para os alunos, ao aplicar este conteúdo em diversas classes e em diferentes contextos se faz necessária a adequação deste conteúdo à realidade em que os alunos estão inseridos, visando a equidade, isto é, considerando as especificidades de cada turma, em cada escola. Os materiais didáticos, por exemplo, são muitas vezes, formulados para inúmeras escolas públicas, e distribuídos para áreas e contextos sociais, econômicos e culturais diferentes uns dos outros. Assim, esse material tem como uma de suas principais funções a “sumarização” dos conteúdos a serem aprendidos para determinada série, mas os modos como cada escola, e cada professor, irá conduzir este conteúdo, dentro da realidade da comunidade local, oportunizará além da igualdade de materiais entre as escolas, também a possibilidade de equidade. Sendo assim, a equidade no contexto da educação pode:

- i) proporcionar novas oportunidades (aulas práticas que estabelecem relação do conteúdo com a realidade do aluno – pesquisas em laboratórios de informática, nas ruas, na comunidade, com os familiares, contato com bibliotecas, passeios educativos, entre outros);
- ii) conscientizar os alunos sobre as configurações do mundo globalizado e as exigências do mercado do trabalho (estabelecendo relações entre as profissões e/ou estilos de vida e os modos como a globalização impacta/impactou tais áreas);
- iii) formar um cidadão crítico que se reconhece na sociedade como sujeito autônomo para aprender, produzir e se reinventar.

Nesse sentido, percebemos que para dizer se uma prática discursiva que promove ações pedagógicas é inovadora ou não precisamos atentar ao modo como entendemos o que é a inovação. Temos, portanto, de partir do nosso regime de olhar para inovação, para poder dizer sobre a possibilidade de o digital funcionar como um meio inovador para a construção de saberes. Nesse sentido, elaboramos o seguinte movimento de leitura e interpretação sobre a inovação em exercício nos regimes de funcionamentos educacionais:

Quadro 1 - Regimes de olhar sobre a inovação



Fonte: Movimento interpretativo das autoras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de práticas discursivas em contexto pedagógico como possibilidades da inovação aliada à criatividade, delineia-se um regime de olhar que considera o exercício do que se institui como inovador aquilo capaz de criar: a) Condições de emergência para a mediação do desenvolvimento de um cidadão mais crítico que; (re)conhece as configurações do mundo globalizado; é criativo quando se depara com as adversidades provocadas pelo fluxo da vida e do próprio mercado de trabalho, tenta perceber outras oportunidades; é crítico às práticas que o subjetivam a posições que ele não quer ocupar; b) Espaço de (co)existência de sujeitos, diferenças, línguas, formas e níveis diversos de conhecimento e saberes; c) Condições de possibilidades para utilizar o digital como meio para novas formas de ver, de pensar e de estar no mundo.

O modelo de educação que prioriza o dispositivo lucro-produção, por focar nas demandas do mercado da nação, pode acabar proporcionando menos oportunidades de adequação aos aspectos sociais e culturais de alunos e escolas. Nesse sentido, age mais na instância que fornece resistência, reparação e modulação, de modo que os aspectos sociais sejam construídos a fim de permitir o “deixar morrer” da etnicidade e proporcionar o crescimento e o fortalecimento do que é nacional. Assim, pode ser objeto de crítica, pois “enquanto, na origem, nasce como princípio de inclusão e de igualdade, atualmente, ela arrisca-se a transformar-se num fator de exclusão e de desigualdade” (Pieroni; Fermino; Caliman, 2014, p. 185).

Por sua vez, o modelo de educação que leva em conta o dispositivo da autonomia, por enfatizar as singularidades da diversidade, pode vir a proporcionar a coexistência de membrana, citoplasma e núcleo (identidade, etnias e cultura, respectivamente), proporcionando o “deixar viver” da etnicidade. Desse modo, para vislumbrarmos a possibilidade de um cenário de ensino para a vida que preserva a pluralidade, a reprodução celular, no país, faz-se necessário tratar as práticas discursivas educacionais a partir do exercício da equidade e atentar às singularidades e especificidades de instituições escolares, alunos e comunidades, em contextos de diversidade.

O movimento da globalização emerge na sociedade e delinea os traços de uma prática da digitalização, a partir dele as TICs vão se solidificando como recursos de aprendizagem no processo educacional. Assim, a tecnologia e a inovação (seja ela entendida como promoção de igualdade e/ou equidade) (re)criam condutas, (re)modelam práticas, (re)escrevem as competências dos sujeitos, (re)formulam os modos de ensino e de aprendizagem, (re)instauram novos meios de acesso ao conhecimento, de modo que se acumula um “conjunto heterogêneo, linguístico e não-linguístico” (Agamben, 2009, p.29) de discursos e práticas discursivas que irrompem na construção de um dispositivo.

Sendo a Tecnologia e a Inovação os agentes de novos “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (Foucault, 2012b, p.364) temos a formulação de um dispositivo, visto que elas se tornam “a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (Foucault, 2012b, p.364).

Nessa conjuntura, o dispositivo da Tecnologia e Inovação capta os sujeitos que participam e interagem em práticas discursivas que fazem uso das tecnologias, justamente, porque os insere em uma nova dimensão da forma de ensinar e de aprender, e constrói novos métodos para que o digital seja empregado em sala de aula com vistas à formação de um aluno disposto para lidar com determinadas técnicas, práticas e conteúdos. O digital entra na educação, como meio para promoção de uma prática inovadora, também, em contextos de diversidade cultural, linguística e social.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Argos, 2009.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. *Igualdade e equidade: qual é a medida da justiça social?* Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 18, n. 1. Campinas: Sorocaba, p. 129-150, 2013

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BELLONI, Maria Luiza. *O que é mídia-educação?* 3ª Edição. Revisada. Campinas, São Paulo: Autores associados, 2009.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8ª Edição. Tradução de Roneide Vanancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DIAMANDIS, Peter. *Roteiros exponenciais*. Disponível em <<https://www.diamandis.com/blog/exponential-roadmaps>>. Acesso em: 23 de fev. de 2024.

FARHI NETO, Leon. *Biopolíticas: As formulações de Foucault*. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

FOUCAUT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. 2ª Edição, São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAUT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8ª Edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

FOUCAUT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 25ª Edição, Rio de Janeiro: Graal, 2012b.

GOVERNO FEDERAL. *Serviços e informações do Brasil*. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br>>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2024.

PIERONI, Vittorio; FERMINO, Antonia; CALIMAN, Geraldo. *Pedagogia da alteridade: para viajar a Cosmópolis*. Brasília: Liber Livro, 2014.

ROCHA, Tacia. *Professor Por Vir: Práticas de Subjetivação e(m) Inovação*. 2017. 235f. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017. Disponível em < <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/trocha.do.pdf>>. Acesso em: 23 de fev. de 2024.

SENADO. *Corte de verbas para a ciência e tecnologia*. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/06/12/corte-de-verbas-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao-prejudica-o-pais-afirmam-debatedores>>. Acesso em: 23 de fev. de 2024.

SILVA, Érica Danielle. *A espetacularização do sujeito com deficiência em discurso no domínio cinematográfico: dispositivo, normalização e biopolítica*. 2016. 201f. tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016. Disponível em < <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/3983>>. Acesso em: 23 de fev. de 2024.

TONO, Cineiva Campoli Paulino. *Do estado à escola em tempos de novas Tecnologias na sociedade: papéis institucionais para o desenvolvimento*. Paraná Governo do Estado. Disponível em <http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/det/oficina_eixo4_sociedade_da_informacao.pdf>. Acesso em: 23 de fev. de 2024.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS (especificar cada contribuição, de acordo com as normas da revista: CREDIT (Contributor Roles Taxonomy) que é mantido pelo [Consortia for Advancing Standards in Research Administration Information](#) (CASRAI) Exemplos abaixo:

Autora 1 – Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados e na escrita do texto.

Autor 2 – revisão da análise dos dados e revisão da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.